

Valor Econômico – 26/11/2008

Entidades criticam uso de térmica para evitar racionamento

De São Paulo

O custo de se manter as usinas termelétricas ligadas como uma forma de prevenir um racionamento de energia tem sido tão alto que não vale o benefício da segurança do fornecimento, segundo estudo divulgado ontem pelo Instituto Acende Brasil e a PSR Consultoria. Nas diversas análises feita pela PSR, o atual sistema de nível meta dos reservatórios das usinas hidrelétricas, estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), não compensa o que o consumidor paga para ter essa segurança. Custaria na média cerca de R\$ 5,7 mil por MW/h, enquanto o próprio governo coloca como aceitável um custo de R\$ 2,5 mil por MW/h para se evitar um racionamento. Além disso, em apenas 18% dos casos os níveis tornariam a relação custo e benefício vantajosa para o sistema. Nelson Perez/Valor

Mário Veiga, da PSR Consultoria, diz que Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico deveria publicar atas das reuniões a exemplo do que faz o Copom

A sugestão da consultoria é um ajuste no atual nível estabelecido pelo ONS. Os critérios para os procedimentos operativos de curto prazo que garantam a segurança do sistema estão em discussão pública desde a semana passada, quando a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a proposta de audiência pública sobre o tema.

Mas as críticas feitas pelo Instituto Acende Brasil e PSR Consultoria se voltam principalmente para o fato de o governo ter mantido as termelétricas ligadas até agosto deste ano, como forma preventiva de um racionamento, gerando encargos para o sistema no valor de R\$ 1,7 bilhão, sem que o Comitê de Monitoramento tenha publicado os estudos nos quais se baseou para tal decisão.

O presidente da PSR Consultoria, Mário Veiga, e o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, defendem que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico passe a publicar suas decisões e as premissas levadas em consideração, a exemplo do que faz hoje o Comitê de Política Monetária ao decidir as taxas de juros do país.

No estudo apresentado ontem, a consultoria também traçou um novo cenário para a oferta e demanda de energia em função da redução de expectativa do crescimento da economia para o próximo ano em função da crise financeira internacional. A boa notícia é que nesse novo cenário, em que o PIB cresce menos e a demanda de energia cresce 4,3% ao ano, o risco de um racionamento por escassez de oferta a partir de 2010 cai pelo menos um ponto percentual, ficando próximo ao nível de 5%. Mesmo em um cenário com atraso da entrada em operação de usinas termelétricas, o risco de racionamento fica menor. De acordo com Mário Veiga, a grande quantidade de usinas termelétricas vendidas nos últimos leilões de energia fez com que a média de escoamento dos reservatórios saísse de quatro para um ano e meio.